07

BRASIL REINADO

BRASIL REINADO

Fala, galera do Me Salva! A partir de agora, vocês estudarão os conteúdos relacionados ao período Brasil Reinado, que abrange desde a nossa independência (1822) até a proclamação da República (novembro de 1889). Ao longo deste período, veremos a formação do Estado brasileiro (e do Império brasileiro), bem como suas características, disputas, contradições e, por fim, as razões que explicam a deflagração da crise do regime monárquico em fins do século XIX. Espero que vocês gostem e que possam aprender bastante com essa apostila!

INTRODUÇÃO E PRIMEIRO REINADO

Neste primeiro capítulo, vocês estudarão aspectos relacionados à independência do Brasil e ao período do Primeiro Reinado (1822-1889).

INDEPENDÊNCIA - A independência do Brasil (1822) teve importantes antecedentes. De um lado, os colonos já davam demonstrações de insatisfação, como na Conjuração Baiana (1798) e na Revolução Pernambucana (1817). De outro lado, a vinda da família real (1808), a abertura dos portos (1810) e a elevação do Brasil a Reino Unido (1815) conferiram ao país uma maior autonomia comercial e administrativa. Com a revolução liberal do Porto (1820) e as pretensões recolonizadoras das Cortes de Lisboa, os grandes comerciantes e os proprietários rurais reagiram e formaram o chamado "Partido Brasileiro[1]", que, embora heterogêneo, tinha o objetivo comum de garantir a independência política do Brasil. Em janeiro de 1822, Dom Pedro contrariou as ordens de Portugal e declarou que ficava no país - o Dia do Fico. Em setembro de 1822, a independência foi declarada em São Paulo e, em dezembro, D. Pedro foi coroado imperador.

RUPTURA OU CONTINUIDADE? - Agora a intenção é lançar uma pergunta sobre um tema bastante debatido na historiografia brasileira. Para vocês, a

[1] Aqui é importante abrir um parênteses. Chamamos "Partido Brasileiro" um agrupamento político entre grandes comerciantes e proprietários rurais nesse contexto histórico específico, porém, esse "partido" não possui relação alguma com os partidos e as estruturas partidárias contemporâneas, isto é, era mais um grupo ou uma facção de natureza política do que um "partido" político propriamente dito.

independência do Brasil significou uma ruptura ou uma de continuidade? Lembrando que a História, para além da cronologia dos fatos, é subjetiva e interpretada de diferentes formas, ou seja, não existe “certo” ou “errado” para essa pergunta, ok?

RECONHECIMENTO INTERNO E EXTERNO - Internamente, a consolidação da independência ocorreu após a contenção de movimentos de resistência na região norte, nordeste e sul do país. Já em 1823, todas as províncias do país encontravam-se sob a autoridade de D. Pedro I. Externamente, o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil foram os EUA, que se opunham à colonização europeia desde a Doutrina Monroe (1823). A Inglaterra, que possuía grandes interesses comerciais na América, mediou as negociações entre Brasil e Portugal, que reconheceu a independência da ex-colônia em 1825, mediante pagamento de uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas. Por fim, é importante salientar que o reconhecimento por parte dos vizinhos latino-americanos demorou um pouco, tendo em vista a condição monárquica cultivada pelo Brasil[2].

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1823 - Apesar da existência de conflitos civis que se enquadram dentro do processo de independência, este ocorreu predominantemente de “cima para baixo”. Bem como identificado por historiadores como Caio Prado Jr, a independência e seus desdobramento foram coordenados a partir de “arranjos políticos” entre as elites do país. Dito isso, não é surpresa que os membros da Assembleia Constituinte de 1823 fossem, em sua maioria, grandes proprietários rurais.

CONSTITUIÇÃO DA MANDIOCA - O projeto de Constituição elaborado pela Assembleia ficou pronto em 1823. Entre os principais pontos do projeto, é possível destacar a intenção de limitar os poderes do imperador. Por outro lado, o projeto estabelecia que o eleitor precisaria ter uma renda anual equivalente a 150 alqueires de mandioca, sendo necessário um valor superior para se candidatar para os cargos de deputado e senador. Em outras palavras, o projeto impunha a necessidade de possuir terras para votar e ser votado, ficando conhecido como Constituição da Mandioca. Para Dom Pedro I e os círculos políticos que o apoiavam, era preciso instituir um Executivo forte e, portanto, capaz de enfrentar as “tendências democráticas desagregadoras” (FAUSTO, 2015, p.80). Por conta disso, Dom Pedro I acabou dissolvendo a Assembleia Constituinte.

CONSTITUIÇÃO DE 1824 - Vocês devem saber que Dom Pedro I, com o objetivo de acalmar os ânimos das elites, nomeou uma comissão de dez brasileiros natos para elaborar um novo projeto de Constituição (COTRIM, 2012,

---

[2] O primeiro país latino-americano a reconhecer a independência do Brasil foi o México (1825).

p.459). Nascida “de cima para baixo”, a primeira Constituição do Brasil foi outorgada em 1824 e estabelecia a existência de quatro poderes (Legislativo, Executivo, Judiciário e Moderador). Considerado como “chave-mestra de toda organização política”, o Poder Moderador concedia ao imperador a autoridade de intervir diretamente nos demais poderes, devendo, para isso, consultar o Conselho de Estado - órgão composto por conselheiros vitalícios e nomeados pelo imperador. Em relação ao sistema eleitoral, a Constituição de 1824 estabeleceu o voto censitário[3] e instituiu o cargo de senador como vitalício[4]. Além disso, a Constituição de 1824 definiu o catolicismo como religião oficial do Estado brasileiro. O esquema abaixo ilustra um pouco o que foi mencionado sobre a Constituição de 1824:

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR - Conforme visto, o imperador concentrava enormes poderes em suas mãos. Naturalmente, houve reações contrárias à sua conduta centralizadora, não sendo surpresa que, em junho de 1824, tenha eclodido no nordeste a revolta conhecida como “Confederação do Equador”.

---

[3] Para ser eleitor nesse sistema eleitoral, era necessário comprovar uma renda anual de 100 mil-réis. Para ser candidato a deputado, era necessário comprovar uma renda anual de 400 mil-réis, enquanto que, para ser senador, a quantia subia para 800 mil-réis.

[4] Os três candidatos mais votados de cada província eram encaminhados para o imperador, que, com base em seus próprios critérios, nomeava um dos três para exercer o cargo de senador.

Composta por líderes como Cipriano Barata (1762-1838)[5] e Frei Caneca (1779-1825), a revolta deflagrou-se quando D. Pedro nomeou um novo presidente para a província de Pernambuco, contrariando as forças políticas locais e, com efeito, estimulando a formação de uma revolta liderada por Manuel Pais de Andrade - antigo presidente da província. O objetivo da revolta era a formação da Confederação do Equador, que reuniria as províncias do nordeste em uma República Federativa e independente. As dissidências internas e a repressão orquestrada pelas tropas imperiais levaram ao término da revolta.

GUERRA DA CISPLATINA - O imperador precisou empregar suas tropas também em conflitos externos. Em disputa pela posse da antiga colônia de Sacramento (atualmente correspondente ao Uruguai), eclodiu um conflito entre o Brasil e a Argentina em 1825. Entre os seus antecedentes, é preciso destacar que, em 1816, D. João VI havia ocupado a antiga Colônia de Sacramento e incorporado esse território ao Brasil, com o nome de Província da Cisplatina. Após uma revolta que culminou na anexação da Província da Cisplatina às Províncias Unidas do Rio da Prata (atualmente corresponde a Argentina), D. Pedro I declarou guerra à Argentina. Entre 1825 e 1828, o conflito se desenvolveu e, para os brasileiros, representou um desastre militar e uma catástrofe financeira (FAUSTO, 2015, p.83). Com a intermediação inglesa, que tinha inúmeros interesses na região, ficou estabelecido que, no lugar da Província da Cisplatina, seria criado um Estado independente: a República Oriental do Uruguai. Por fim, vocês devem saber que esse conflito, além de prejudicar as finanças públicas, desgastou a imagem do imperador e aumentou o descontentamento geral (COTRIM, 2012, p.463).

CRISE E ABDICAÇÃO DE DOM PEDRO I - Além do desgaste ocasionado pelas revoltas internas e conflitos externos, é importante salientar outros fatores para compreender a crise do Primeiro Reinado. De um lado, a sucessão dinástica em Portugal causava preocupações tanto no imperador quanto nos políticos liberais brasileiros, que temiam uma recolonização do Brasil. De outro lado, a grave crise econômica - decorrente dos conflitos militares e do aumento da dívida externa - que ocasionou a falência do Banco do Brasil em 1829 e o incremento nos custos de vida. Em resumo, a impopularidade de Dom Pedro I era proporcional às tensões entre os “partidos” brasileiro e português, evidenciado no suposto envolvimento do imperador com a morte do jornalista Líbero Badaró (1830). O aumento dessas tensões, alimentadas em parte pela ameaça de uma possível recolonização, contribuíram para que, em 1831, o monarca abdicasse do trono em favor de seu filho Pedro Alcântara, um menino de apenas cinco anos de idade.

---

[5] É importante ressaltar que as ideias dessa oposição não eram uniformes e contempladas por todos aqueles insatisfeitos com a monarquia. Cipriano Barata, por exemplo, era a favor da abolição da escravidão, o que ia totalmente contra os interesses dos membros da elite açucareira do nordeste.

PERÍODO REGENCIAL

Conforme visto, em 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdicou do trono em favor de seu filho, Pedro Alcântara. A Constituição de 1824 previa que o governo fosse formado por um conselho de três regentes eleitos pela Assembleia Imperial. De modo geral, é importante saber que o período regencial (1831-1840) é marcado por intensos debates políticos e pela eclosão de revoltas regionais.

AS FORÇAS POLÍTICAS - O cenário político era formado, basicamente, por três grupos: 1) os restauradores; 2) os liberais exaltados; 3) os liberais moderados. Os restauradores - caramurus - eram favoráveis ao retorno de D. Pedro I, o que passou a ser inviável após a sua morte em 1834. Por sua vez, os liberais moderados[6] - que representavam os proprietários rurais de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e região Nordeste - defendiam a preservação da unidade territorial, o regime monárquico e a manutenção da escravidão. Por outro lado, os liberais exaltados - que representavam os profissionais liberais, pequenos comerciantes, militares de baixa patente e outros grupos sociais - entendiam que o poder deveria ser descentralizado.

AS REGÊNCIAS - De modo geral, vocês estudarão as três fases desse período:

1. Regência Trina Provisória;
2. Regência Trina Permanente;
3. Regências Unas.

REGÊNCIA TRINA PROVISÓRIA - Após a abdicação de D. Pedro I, um grupo de parlamentares se reuniu no Rio de Janeiro e elegeu três regentes interinos; os senadores Carneiro Campos e Campos Vergueiro e o brigadeiro Francisco Lima e Silva. Mesmo governando por apenas 3 meses, o período da Regência Trina Provisória marca o início do "avanço liberal", que se prolongou até 1837. Os regentes interinos empossaram os ministros que haviam sido demitidos anteriormente, anistiaram os presos políticos e suspenderam temporariamente o Poder Moderador (COTRIM, 2012, p.469). A medida mais importante, porém, foi a

[6] Por volta de 1837, os liberais moderados passaram a se dividir entre aqueles que defendiam a realização de concessões para as províncias (progressistas) e aqueles que defendiam o fortalecimento do Poder Legislativo, com base em sua centralização no Rio de Janeiro (regressistas).

convocação dos demais parlamentares para a eleição de uma Regência Trina permanente (BRASIL MONÁRQUICO, 2017a).

REGÊNCIA TRINA PERMANENTE - Instalada em 1831, a Assembleia Geral foi responsável por eleger os representantes da Regência Trina, agora em caráter permanente. Foram eleitos os deputados José Carvalho da Costa e João Bráulio Muniz, bem como o brigadeiro Francisco de Lima e Silva. De modo geral, é importante vocês compreenderem que essa regência era formada por deputados que representavam os interesse do grupo dos liberais moderados (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.246). Dito isso, também é importante saber que o ministro da Justiça, Diogo Feijó, teve um papel fundamental, sobretudo ao coordenar a formação da Guarda Nacional[7] (1831). Um ano mais tarde, entrou em vigor o chamado Código do Processo Criminal (1832), que concedia maiores liberdades aos juízes de paz e, seguindo os moldes norte-americano e inglês, estabelecia a instituição do júri (FAUSTO, 2015, p.87). O ápice das mudanças liberais viria com a promulgação do Ato Adicional[8] (1834), que, além de determinar a substituição da regência trina pela regência una, interrompia o uso do Poder Moderador durante a regência, suspendia o Conselho de Estado e criava Assembleias Legislativas provinciais. Por fim, o esquema sintetiza um pouco esse período:

REGÊNCIA UNA DE FEIJÓ - Conforme previsto no Ato Adicional, realizaram-se eleições para escolha do regente em 1835. Representante da ala progressista dos liberais moderados, Diogo Feijó foi eleito para um mandato de 4 anos. Durante seu governo, eclodiram revoltas no Pará (Cabanagem) e no Rio Grande do Sul (Farroupilha), gerando críticas entre os parlamentares regressistas. Além disso, uma manifestação de Feijó contra a escravidão contribuiu para que os proprietários rurais intensificassem a sua oposição (BRASIL MONÁRQUICO, 2017b). Diante desse quadro, Feijó renunciou em setembro de 1837, dois anos antes do fim de seu mandato. Em suma, com a renúncia de Feijó, ocorre o esgotamento do "avanço liberal".

REGÊNCIA UNA DE ARAÚJO LIMA - No lugar de Feijó, foi eleito Pedro de Araújo Lima, o marquês de Olinda. Partidário da ala regressista, que deu origem ao Partido Conservador, Araújo Lima montou o chamado Ministério das Capacidades, formado majoritariamente por políticos conservadores. A sua ação mais significativa foi a elaboração de uma Lei Interpretativa do Ato Adicional

---

[7] A Guarda Nacional, posteriormente conhecida como "Guarda dos Coronéis", tinha como objetivo estabelecer uma força militar estritamente fiel ao governo e aos interesses dos proprietários rurais. De modo geral, era uma força policial a ser utilizada na repressão de protestos e motins.

[8] O Ato Adicional realizou importantes modificações no texto da Constituição outorgada em 1824. Por essa razão, é conhecida como "Ato adicional".

(1840), que na prática, revogava as ideias liberais do Ato Adicional. Os objetivos dessa lei eram bastante claros: pôr fim ao processo de autonomia provincial e municipal e centralizar o controle da política e do Judiciário (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.254). Em resumo, é importante sublinhar que a Regência de Araújo Lima, ao procurar restabelecer a ordem e conter a "anarquia" das agitações regionais, representa o avanço dos conservadores na política do Império.

GOLPE DA MAIORIDADE - Apesar da aplicação de medidas centralizadoras, os movimentos que reivindicavam maior participação cidadã apareciam do dia para a noite, "tal qual cogumelos depois da chuva" (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.254). Nesse sentido, os proprietários rurais e uma parcela dos membros dos regressistas começaram a pensar em alternativas para solucionar a instabilidade relacionada ao florescimento de revoltas regionais. Os progressistas, que faziam oposição à regência de Araújo Lima, também passaram a defender alternativas que visassem o restabelecimento da "normalidade" e da unidade política. Desse modo, formou-se, com o suporte dos progressistas e uma parcela dos regressistas, o Clube da Maioridade, que contou com o apoio dos latifundiários e dos grandes comerciantes. O argumento desenvolvido pelo Clube era que, com a antecipação da maioridade, seria possível encerrar as revoltas provinciais e assegurar o retorno da ordem social desejada pelos proprietários rurais. Assim, em 1840, a Assembleia Geral aprovou a antecipação da maioridade, sacramentando o Golpe da Maioridade. Em 23 de julho de 1840, Pedro Alcântara, com 15 anos incompletos, prestou juramento como imperador, inaugurando o Segundo Reinado (1840-1889).

REVOLTAS REGENCIAIS

O objetivo agora é oferecer um panorama geral acerca das principais revoltas regenciais. O período regencial, para além das disputas entre as elites, foi marcado pela agitação social nas províncias brasileiras. Antes de analisar as revoltas propriamente ditas, observem o excerto abaixo:

> *"Dizem que o som do silêncio, às vezes, pode ser ensurdecedor. No período das regências [...] a história confirma a expressão. O país era grande, e a corte desconhecia as especificidades de suas diferentes regiões, que vistas de longe pareciam quietas, serenas, e davam a impressão que assim continuaria para sempre [...] o sentimento autonomista era, porém, forte nas províncias [...] o debate político girava ao redor de dois programas*

políticos decididamente antagônicos: o centralismo da corte, de um lado, e o autogoverno provincial, de outro" (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.243)

PROBLEMAS SOCIOECONÔMICOS E CRISE POLÍTICA - Desde o Primeiro Reinado , o império convivia com problemas econômicos decorrentes de alguns fatores: 1) desequilíbrio na balança comercial; 2) aumento da dívida externa; 3) redução do preço dos produtos exportados pelo Brasil no mercado internacional (açúcar, couro, fumo, mate, algodão, etc); 4) baixa arrecadação de impostos; 5) pagamento de indenização de 2 milhões de libras esterlinas para Portugal; e 6) despesas com operações militares. Essas dificuldades econômicas se refletiam no cotidiano da população, que ficava insatisfeita com o aumento do custo de vida. Por outro lado, o quadro de crise econômica e de problemas sociais aprofundou as críticas ao governo central, pois agora já não era possível canalizar as críticas contra Portugal. Logicamente, as revoltas regenciais possuem suas particularidades, contudo, é importante salientar que esse quadro mais amplo motivou descontentamentos contra o Império e a centralização política.

CABANAGEM (1835-1840) - A Cabanagem[9] foi uma revolta popular que ocorreu na Província do Grão-Pará (atual Pará). Entre as causas da revolta, é possível citar as críticas à centralização política, o sentimento anti-lusitano, a miséria e a exploração. Inicialmente apoiado por líderes fazendeiros, estes acabaram se distanciando do movimento por conta dos ideais de alguns protagonistas da revolta[10] - como era o caso da defesa da abolição da escravidão e da distribuição de terras para os lavradores. Em janeiro de 1835, os revoltosos conquistaram Belém, assassinaram o presidente da província - Bernardo Lobo de Sousa - e tomaram o poder. Apesar disso, os cabanos não conseguiram organizar um governo eficiente e acabaram sofrendo com a repressão das tropas imperiais. Aliado a isso, a revolta foi abalada por dissidências internas, indefinições na construção de um programa de governo e por uma epidemia de varíola que assolou a capital Belém (BRASIL MONÁRQUICO, 2017c). Após intensos conflitos, as tropas imperiais restabeleceram a sua autoridade na província em 1840. Por fim, calcula-se que cerca de 30% da população da província - cerca de 30 mil pessoas - tenha sido morta durante os embates.

REVOLUÇÃO FARROUPILHA (1835-1845) - A Revolução Farroupilha aconteceu no Rio Grande do Sul, tendo sido a revolta mais longa da história do Brasil. Entre as suas causas, é importante destacar os problemas econômicos

---

[9] A revolta ficou conhecida como "Cabanagem" por conta da atuação dos cabanos, que eram homens e mulheres pobres, negros, indígenas e mestiços que trabalhavam na extração de produtos da floresta e viviam em casas assemelhadas a cabanas (COTRIM, 2012, p.473)

[10] Entre os líderes revoltosos, é possível citar o padre João Batista Gonçalves Gomes.

vividos pelos produtores gaúchos - como era o caso da concorrência do charque (carne-seca) argentina e uruguaia no mercado brasileiro. Combinado a isso, a falta de autonomia administrativa da província contribuiu para que, sob a liderança de Bento Gonçalves e David Canabarro, os revoltosos dominassem a capital Porto Alegre e, em 1836, anunciassem a criação da República Rio-Grandense. Já no Segundo Reinado, o Império, através de ações militares e negociações, conseguiu celebrar a Paz de Ponche Verde (1845) com os farroupilhas[11]. Por outro lado, um episódio pouco explorado ocorreu através de um conluio entre as tropas imperiais e os farroupilhas - o chamado Massacre de Porongos (1844) - que consistiu em uma emboscada contra os lanceiros negros - escravos que haviam sido libertos para lutar ao lado dos farroupilhas[12]. Em suma, é preciso lembrar que a Revolução Farroupilha foi um movimento liderado por setores da elite gaúcha, que se sentiam explorados por conta de um sistema de altos tributos (FAUSTO, 2015, p.93).

REVOLTA DOS MALÊS (1835) - Ocorrida em 1835 em Salvador, a Revolta dos Malês é assim conhecida por conta da participação dos malês, que eram escravos africanos de origem ou formação muçulmana. Estes conseguiram mobilizar um contingente de revoltosos e arrecadar recursos para a compra de armas e munições. Nesse sentido, os malês elaboraram um plano de luta contra os donos de escravos para conseguir a liberdade (COTRIM, 2012, p.475). Contudo, uma denúncia da conspiração contribuiu para as autoridades se prepararem para o embate contra os revoltosos, o que de fato aconteceu na noite de 24 de janeiro de 1835. Devido à sua inferioridade numérica e de armamentos, um grupo de 1.500 negros - liderados por muçulmanos como Manuel Calafate - foi massacrado pelas tropas da Guarda Nacional (BRASIL MONÁRQUICO, 2017d). Cerca de setenta revoltosos morreram, enquanto outros quinhentos foram condenados ao açoite público, à deportação e ao fuzilamento. Em resumo, é importante lembrar que essa revolta representa o levante de escravos urbanos de maior dimensão nas Américas, tendo efeitos duradouros sobre o Brasil escravista (REIS, 2003, p.09)

SABINADA (1837-1838) - Após a renúncia do regente Feijó (1837), ocorreu na Bahia a revolta da Sabinada, que é considerada como de menor vulto se comparada às outras do período regencial. O objetivo da revolta, que tinha no

---

[11] No caso da Revolução Farroupilha (1835-1845), o Império mais concedeu do que reprimiu. Entre as concessões realizadas, estavam a anistia para os revoltosos; a incorporação dos soldados farroupilhas ao exército imperial, ocupando postos militares equivalentes; direito à liberdade dos escravos fugitivos que haviam lutado ao lado dos farroupilhas; taxação sobre o charque platino importado; e indicação, pelos farroupilhas, do presidente de sua província.

[12] Para mais informações a respeito deste episódio, ver site: <http://www.sul21.com.br/jornal/revolucao-farroupilha-a-batalha-de-porongos-covardia-traicao-falsidade/>

médico Francisco Sabino o seu principal líder, era o de instituir uma república na província. Contando com o apoio de parte do exército, os sabinos conseguiram conquistar a cidade de Salvador (1837), porém, o movimento foi caótico nas ações e contraditório nas intenções (SOUZA, 2009). Além da baixa adesão popular - que temia uma nova insurreição de escravos como havia ocorrido na Revolta dos Malês –, parte dos senhores de engenho do Recôncavo baiano, que inicialmente apoiaram a revolta, se distanciaram dos líderes rebeldes e começaram a dar suporte às tropas legalistas. Depois de inúmeros combates, a revolta foi sufocada em março de 1838. Em resumo, é importante diferenciar a Sabinada, que foi coordenada pelas camadas médias de Salvador (militares, profissionais liberais, empregados públicos), da Cabanagem (uma rebelião popular) e da Revolta dos Malês (um levante escravo).

BALAIADA (1838-1841) - A revolta da Balaiada ocorreu no Maranhão, encontrando-se relacionada ao contexto de crise econômica e ao descontentamento dos "bem te vis"[13]. Estes últimos, após serem incitados por líderes como Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, receberam apoio dos sertanejos pobres da província. Sem muita organização política, os revoltosos conseguiram tomar a cidade de Caxias, que é uma importante cidade da região. Considerando que o movimento não era harmônico e/ou coeso, os revoltosos não conseguiram se sustentar política e militarmente, sendo derrotados pelas tropas imperiais em 1841.

UM BALANÇO DO PERÍODO REGENCIAL - Não são poucos historiadores que consideram o período regencial como um dos mais cruciais da História do Brasil (SOUZA, 2009; BASILE 2009). De um lado, existem opiniões que ressaltam a instabilidade, a descentralização, as revoltas e as ameaças à unidade e à estabilidade do Império. Por outro lado, há opiniões que salientam que a Regência foi uma singular fase de triunfo das liberdades necessárias ao progresso da nação. Representando o "laboratório" da nação, Basile (2009) argumenta que, durante a Regência, houve um amplo debate público acerca dos fundamentos do governo, das instituições políticas, dos nexos entre as províncias e da ordem social. A eclosão das revoltas regenciais seria uma das faces desse processo de disputas e de frágil institucionalidade do poder central, frequentemente criticado pelas revoltas do período. Um aspecto importante diz respeito às diferentes características das revoltas, ora protagonizadas por escravos (Malês), ora por camadas médias (Sabinada) e ora por proprietários rurais (Farroupilha). No entanto, é interessante notar que, ou por falta de vontade política ou pelo fracasso, as revoltas regenciais não conseguiram modificar as estruturas da

[13] Os "bem te vis" designavam a população urbana que era contrária aos abusos dos proprietários de terras e comerciantes portugueses.

sociedade brasileira do século XIX, principalmente o latifúndio e a escravidão. Apesar dos ideais republicanos e liberais presentes em algumas dessas revoltas, a repressão e o controle das mesmas significaram a consolidação do "regresso" e da centralização monárquica ao longo do Segundo Reinado.

SEGUNDO REINADO (1840-1889)

Conforme visto, o contexto em que se iniciou o Segundo Reinado é marcado pela instabilidade política e pela realização do Golpe da Maioridade (1840). Dito isso, é importante mencionar para vocês que, devido à diversidade de assuntos presentes nesse período, dividiremos o presente capítulo em: a) Política Interna; b) Transformações sócio-econômicas; c) Política Externa; d) Abolicionismo; e) Crise do Império e fim da monarquia.

POLÍTICA INTERNA

Considerando que D. Pedro II era visto pelas elites como forte o suficiente para garantir a ordem social e sufocar as rebeliões regionais, veremos a partir de agora aspectos relacionados à política interna do Segundo Reinado.

LIBERAIS E CONSERVADORES - A partir de 1837 os liberais moderados dividiram-se em duas alas - a progressista e a regressista -, as quais, a partir de 1840, deram origem aos partidos: Liberal e Conservador. Os liberais - também chamados de luzias[14] - eram os profissionais liberais urbanos e os produtores rurais que produziam para o mercado interno, ao passo que defendiam uma maior descentralização política do Império. Os conservadores - também conhecidos como saquaremas[15] - representavam os proprietários rurais que abasteciam o mercado externo, os grandes comerciantes e ainda uma parcela dos burocratas do serviço público, ao passo que advogavam por um governo imperial forte e centralizado (COTRIM, 2012, p.480). Apesar dessas diferenças, ambos os partidos

---

[14] Apelido provavelmente associado à cidade de Santa Luzia (Minas Gerais), foco de atividades liberais durante a Revolução Liberal (1842).

[15] Termo relacionado à cidade de Saquarema (Rio de Janeiro), que é conhecida por ter sido centro dos políticos conservadores.

compartilhavam importantes semelhanças, as quais podem ser identificadas no excerto abaixo:

> *"As elites brancas entenderiam a corte como um clube, onde conviviam os sócios sortudos [...] luzias e saquaremas [...] partilhavam a mesma origem social; formação educacional em Coimbra; carreira voltada para a medicina e em especial para o direito [...] Divididos por ideias que privilegiavam ora a centralização do Estado ora a sua descentralização, fechavam, porém, em uníssono quando o negócio implicava manter a escravidão e a estrutura vigente. A elite brasileira de então poderia ser caracteriza ainda como uma "ilha de letrados num mar de analfabetos" (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.280).*

ELEIÇÕES DO CACETE - Depois de assumir o trono em de julho de 1840, D. Pedro II, reconhecendo o apoio dado pelos liberais no Golpe da Maioridade, os convocou para formar o seu primeiro ministério. A partir de então, as rivalidades entre liberais e conservadores começaram a se aguçar, culminando no episódio conhecido como "eleições do cacete". Convocadas para 1840, as eleições para Câmara dos Deputados, além de darem a vitória para uma maioria liberal, foram marcadas por acusações de fraude e, segundo os conservadores, da aplicação de violência por parte dos liberais, que teriam contratado capangas para intimidar os seus adversários políticos com "cacetadas" nos locais de votação. As acusações dos conservadores geraram resultados. Em 1841, D. Pedro II substituiu o seu ministério liberal por um gabinete majoritariamente formado por conservadores. Vocês imaginam que esse novo ministério conservador pressionou D. Pedro II para anular as eleições de outubro de 1840. Assim sendo, o imperador anulou as eleições e convocou novas eleições para o ano de 1842. Contudo, vocês também supõe que a anulação das eleições causou reações entre os círculos liberais, certo?

REVOLTA LIBERAL - A dissolução da Câmara dos Deputados causou descontentamentos entre os liberais, que viam a medida como inconstitucional e reacionária. Nas províncias de Minas Gerais e São Paulo, onde o Partido Liberal era expressivo, ocorreram movimentos armados que visavam preservar os poderes das elites locais e fortalecer a oposição contra os conservadores. Em são Paulo, o levante foi liderado por Diogo Feijó, limitando-se a cidade de Sorocaba e vilas próximas. Posteriormente, o levante foi sufocado pelo brigadeiro Luís Alves da Lima e Silva, o barão de Caxias (BRASIL MONÁRQUICO, 2017e). Por outro lado, eclodiu em Minas

 |

Gerais um levante semelhante ao paulista, sendo liderado por Teófilo Ottoni. Igualmente reprimida pelo Barão de Caxias, a revolta em Minas Gerais não obteve sucesso por conta das dissidências internas, do despreparo das tropas rebeldes e da não adesão de outras províncias à revolta. Depois de derrotar o levante em agosto de 1842, o Império restabeleceu a sua autoridade na província e, em 1844, anistiou os revoltosos.

UMA DISCUSSÃO SOBRE PEDRO II - Considerado como liberal e até mesmo republicano, D. Pedro II tomou inicialmente medidas voltadas à centralização e à restauração do poder monárquico[16]. Por que isso? Seria ele um mentiroso que só queria o apoio dos liberais? Ou será que ele ainda não tinha esses ideais, que só foram sendo criados ao longo de sua maturidade? Ou, ainda, será que nesses primeiros anos a monarquia foi governada por regentes, mesmo o jovem estando no poder? Em resumo, as interpretações associadas às contradições de D. Pedro II - um liberal a favor da escravidão e um monarca com ideais republicanos - ainda estão abertas, cabendo não somente aos historiadores a reflexão sobre esse tema.

PARLAMENTARISMO ÀS AVESSAS - Como vocês devem saber, sistemas de governo parlamentaristas têm como característica principal a preponderância do Legislativo sobre o Executivo[17]. A partir de 1847, foi criado o cargo de presidente do Conselho de Ministros, o que instituiu o parlamentarismo no Brasil[18]. O presidente do Conselho, por sua vez, era nomeado pelo imperador após a realização de uma eleição entre os líderes do partido vencedor, ficando responsável por montar o gabinete ministerial. Depois de montar o Conselho de Ministros, a Câmara dos Deputados decidia se aprovava (ou não) os nomes escolhidos, cabendo ao imperador demitir ou dissolver o Conselho em caso de reprovação. Para facilitar a compreensão de vocês, leiam o excerto abaixo, que explica um pouco a contradição do parlamentarismo à brasileira:

---

[16] Para apoiar a reflexão sobre a discussão, ver site: <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-faceta-desconhecida-de-d-pedro-ii>

[17] No parlamentarismo, o parlamento que possui a prerrogativa de indicar o primeiro-ministro, chefe de governo e, portanto, comandante do poder Executivo. O monarca - que reina, mas não governa - é o chefe de Estado, mas não de governo.

[18] Durante todo o Segundo Reinado, foram 36 gabinetes ministeriais, sendo 21 liberais e 15 conservadores. Entre 1853 e 1861, durante o "período da conciliação", liberais e conservadores governaram conjuntamente. Apesar do "parlamentarismo às avessas", o rodízio de poder entre os partidos liberal e conservador causou uma espécie de "ilusão democrática". Contudo, o imperador, em última instância, ainda acumulava muitas atribuições, inclusive a de dissolver o Conselho de Ministros.

> *"Como o poder Moderador não havia sido extinto, o imperador podia impor o gabinete de sua preferência. Essa prerrogativa contrariava os princípios do parlamentarismo, sistema em que o poder Legislativo é quem detém a maior influência na formação dos governos e o monarca reina, mas não governa. Por isso, diz-se que tivemos um "parlamentarismo às avessas" (COTRIM, 2012, p.481).*

REVOLTA DA PRAIEIRA (1848) - Ocorrida em Pernambuco, a Revolta da Praieira encerrou o período de rebeliões provinciais. Contrariados com a nomeação de um presidente conservador para a província, os membros do Partido da Praia - dissidentes do Partido Liberal de Pernambuco - intensificaram a disseminação de suas ideias através do jornal Diário Novo[19] e iniciaram a Revolta. Em um documento intitulado Manifesto ao Mundo, os praieiros defendiam: a) voto livre e universal (fim do voto censitário); b) plena liberdade de imprensa; c) extinção do Poder Moderador; d) monopólio do comércio a varejo para brasileiros; e) estabelecimento de uma federação. Sem recursos militares e financeiros, os praieiros não conseguiram resistir às tropas imperiais, que sufocaram a rebelião ainda em 1848. Com isso, o Império reprimiu o último dos levantes regionais, garantindo a unidade territorial e a centralização monárquica.

TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS

A partir de agora veremos como ocorreram as transformações sócio-econômicas durante o Segundo Reinado, de modo a compreender como estas se inserem no processo histórico brasileiro. Abordaremos assuntos que auxiliam a explicar a consolidação do eixo centro-sul como principal pólo da político e econômico do país.

A EXPANSÃO CAFEEIRA - A partir do século XIX, o café - anteriormente restrito ao consumo local - passou a ser consumido na Europa e nos Estados Unidos, aumentando o seu preço no mercado internacional. Considerando que o clima e o tipo de solo da região sudeste favoreciam o desenvolvimento da lavoura cafeeira, começou a acontecer um deslocamento parcial da mão-de-obra escrava para a cafeicultura (COTRIM, 2012, p.484). Assim, o cenário internacional favorável (aumento

---

[19] O jornal localizava-se na rua da Praia, em Recife, dando origem ao nome "Partido da Praia".

do preço do café internacionalmente) e a disponibilidade de recursos (mão-de-obra escrava e clima/solo favoráveis) contribuíram para que o café, desde a década de 1840, se tornasse o principal produto de exportação do país. Chegando aos 64,5% das exportações em 1890, a expansão cafeeira recuperou a economia brasileira, que desde a independência atravessava dificuldades econômicas.

VALE DO PARAÍBA - É importante vocês saberem que, inicialmente, a expansão cafeeira ocorreu no vale do rio Paraíba, que abrange territórios do Rio de Janeiro e São Paulo. As condições do solo e do clima, combinado à proximidade com Rio de Janeiro[20], proporcionaram um aumento da produção para exportação. Embora, desde 1831, o tráfico de escravos fosse considerado ilegal, a expansão cafeeira no Vale do Paraíba ocorreu mediante o emprego de mão-de-obra escrava, obtido tanto pela importação de escravos como pelo deslocamento de escravos de outras regiões (Minas Gerais, Nordeste, etc). Por fim, observem o excerto abaixo:

> *"Sem a existência de quadro interno que desse segurança política e jurídica aos senhores possuidores de africanos ilegalmente escravizados, decerto o Brasil não despejaria nos portos e armazéns do hemisfério norte as sacas de café com as quais dominou o mercado mundial do produto no século XIX" (MARQUESE e TOMICH, 2009)*

OESTE PAULISTA - Em um segundo momento, sobretudo a partir de 1870, a produção cafeeira passou a acontecer na parte oeste da província de São Paulo, tendo em vista a existência de um solo bastante favorável para o cultivo do café: a terra roxa. Os grandes proprietários de cafezais do Oeste paulista ascendiam - política e economicamente - em um ritmo semelhante ao declínio da produção no Vale do Paraíba. Entre outras questões, isto ocorreu, porque os proprietários do Oeste paulista expandiram a produção de café em um momento histórico marcado pela necessidade de alternativas à mão-de-obra escrava. Desse modo, os principais investimentos dos produtores do Vale do Paraíba nas últimas décadas do século XIX destinavam-se à compra de escravos, ao mesmo tempo em que a expansão cafeeira no Oeste paulista proporcionava um contínuo processo de acumulação de capitais e diversificação econômica.

---

[20] A proximidade com o porto do Rio de Janeiro facilitava o escoamento da produção cafeeira para os mercados externos, a despeito da precariedade dos meios de transporte da época.

O FIM DO TRÁFICO DE ESCRAVOS - Desde 1831, uma lei do Império definia que os escravos importados seriam considerados livres, contudo, essa legislação “não pegou”. Em 1845, a pressão inglesa pelo fim do tráfico negreiro se configurou em ameaça militar, visto que a promulgação do Bill Aberdeen previa o direito inglês de aprisionar navios negreiros - mesmo que em águas territoriais brasileiras - e julgar os seus comandantes. Com isso, o Império decretou a Lei Eusébio de Queiroz (1850), que aprofundava o rigor da legislação anterior, contribuindo para uma drástica redução na importação de africanos escravizados. Como efeitos dessa lei, é possível citar: a) o crescimento do tráfico negreiro interno, principalmente o deslocamento de escravos do nordeste para as plantações de café no sudeste; e b) o investimento de capitais em outros setores da economia.

MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA - O acúmulo de capitais proveniente da expansão cafeeira não foi aplicado somente na expansão da própria cafeicultura, mas também na instalação de indústrias e na modernização de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, a promulgação da Tarifa Alves Branco (1844) favoreceu o crescimento industrial do país, pois impôs maiores taxas de importações - cerca de 30% - e, em alguns casos, podendo chegar a 60% - caso o produto importado fosse também produzido no Brasil. Sem dúvidas, essa medida protecionista estimulava o consumo de produtos nacionais e o investimento de capitais disponíveis na criação de indústrias, bancos, empresas de navegação, ferrovias, companhias de seguro, mineradoras, etc (COTRIM, 2012, p.486).

A IMIGRAÇÃO EUROPEIA - A imigração não é era um fenômeno novo na História do Brasil, considerando, por exemplo, a fundação de cidades como Nova Friburgo (1808) e São Leopoldo (1824). Uma nova “onda” de imigrantes começou a chegar ao longo da década de 1850, contudo, apenas nas últimas décadas do Segundo Reinado, através do patrocínio do poder público e da criação de missões brasileiras no exterior, os imigrantes europeus começaram a chegar ao Brasil em maior número. Desmistificando o argumento de substituição da mão-de-obra escrava pela imigrante, o crescente fluxo de migrantes foi direcionado tanto para atividades agrícolas como para serviços urbanos.

POLÍTICA EXTERNA

Agora estudaremos os principais acontecimentos relacionados à política externa do Império. Nesse sentido, estudaremos três importantes tópicos: 1) Questão Christie; 2) Questão Platina; 3) Guerra do Paraguai.

QUESTÃO CHRISTIE - Conforme sublinhado para vocês, a Tarifa Alves Branco (1844) impôs maiores taxas de importação, retirando as vantagens comerciais desfrutadas pelos ingleses. Insatisfeitos com o aumento das tarifas de importação, os ingleses, que desejavam o fim do tráfico negreiro e da escravidão[21], passaram a colecionar atritos com as autoridades brasileiras. Mesmo após a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz (1850), o embaixador britânico William Christie passou a pressionar as autoridades brasileiras para que fossem investigados os casos de escravos que haviam ingressado no Brasil a partir de 1831, de modo a conceder a liberdade para estes. Somado a isso, houve episódios[22] que estremeceram ainda mais as relações entre Brasil e Inglaterra, culminando inclusive na submissão dessas desavenças à arbitragem internacional[23]. Resumindo, em 1863, o governo brasileiro rompeu relações diplomáticas com a Inglaterra, visto que a diplomacia inglesa não realizou o que havia sido determinado pela arbitragem internacional: um pedido oficial de desculpas, devido à violação da soberania territorial brasileira. Por fim, após um pedido oficial de desculpas a D. Pedro II, as relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra foram retomadas em 1865.

QUESTÃO PLATINA - Desde o período colonial, o Brasil se envolveu diretamente na região do Prata, como ocorrera nos tratados assinados com a Espanha e na Guerra da Cisplatina. Durante o século XIX, a diplomacia brasileira preocupava-se com três aspectos relacionados à região: a) garantir o direito de navegação pelo rio de Prata, pois dava acesso à província do Mato Grosso; b) evitar os conflitos entre vaqueiros uruguaios e

---

[21] É importante salientar que, a despeito de motivações humanitárias, o motivo pelo qual os ingleses queriam a adoção do trabalho livre e assalariado consistia em ampliar o mercado consumidor brasileiro.

[22] É possível destacar dois episódios: o primeiro, ocorrido em 1861, foi o furto não esclarecido da carga presente no navio inglês Príncipe de Gales, que havia naufragado próximo à costa do Rio Grande do Sul; o segundo, ocorrido em 1862, foi a prisão de 3 oficiais ingleses, que, em trajes civis, estavam embriagados e provocando desordem nas ruas do Rio de Janeiro.

[23] A arbitragem internacional acontece quando existem pontos em disputa entre dois Estados. Nesse sentido, é convocado um representante de um terceiro estado - nesse caso o rei Leopoldo I da Bélgica - para mediar as negociações e oferecer uma sentença que, em tese, deve ser aceita pelas partes envolvidas.

estancieiros gaúchos; c) bloquear as tentativas de anexação do Uruguai ao território da Argentina. Desse modo, o Brasil se envolveu em conflitos contra Oribe e Rosas (presidentes do Uruguai e Argentina, respectivamente) e contra Aguirre (presidente do Uruguai). Como suposto desdobramento deste último, o Brasil envolveu-se em um conflito com o Paraguai, a chamada Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança.

INTERVENÇÃO CONTRA ORIBE E ROSAS (1851-1852) - Conforme dito, a diplomacia brasileira sempre esteve atenta às dinâmicas geopolíticas da região do Prata, como era o caso da proximidade do Partido Blanco - liderado por Manuel Oribe - com o presidente da Argentina - Juan Manuel Rosas -, que tinha a pretensão de anexar o Uruguai ao seu território. Temendo uma união entre Uruguai e Argentina, o Brasil passou a apoiar o Partido Colorado e, alegando conflitos com estancieiros gaúchos na região da fronteira, invadiu militarmente o Uruguai em 1851. O presidente argentino Rosas viu no conflito uma importante oportunidade para concretizar seus planos de anexar o Uruguai e, por conta disso, manteve seu apoio a Oribe. Contudo, Rosas não esperava que eclodissem revoltas nas províncias de Entre-Ríos e Corrientes. Aproveitando essa vulnerabilidade argentina, as tropas brasileiras, comandadas por Caxias, conseguiram derrotar o presidente uruguaio (Oribe) e, ao apoiar as dissidências argentinas, também ajudaram a derrotar o presidente Rosas.

GUERRA CONTRA AGUIRRE (1864-1865) - Os anos 1850 presenciaram uma continuidade das hostilidades entre os partidos Blanco e Colorado, ao mesmo tempo em que os conflitos entre fazendeiros gaúchos e blancos uruguaios também continuaram. O governo brasileiro, atendendo às demandas dos estancieiros gaúchos, realizou reclamações ao governo uruguaio, que não foram atendidas pelo presidente Aguirre (Partido Blanco). Novamente aliando-se aos "colorados", que agora estavam sob a liderança de Venâncio Flores, as tropas imperiais invadiram o território uruguaio por terra e mar em 1864. Um ano depois, após o suporte militar brasileiro, os colorados derrotaram Aguirre e colocaram na presidência Venâncio Flores. Aguirre, derrotado militarmente, solicitou apoio ao presidente do Paraguai, Solano Lopez, desencadeando uma aliança militar que, somado a outros fatores, culminou na Guerra do Paraguai.

GUERRA DO PARAGUAI I - Antes de tratar sobre o conflito, é interessante mencionar que, assim como outros eventos históricos, existem diferentes versões e interpretações a respeito da Guerra do Paraguai,

sendo algumas vinculadas à perspectiva dos "vencedores"[24], outras associadas à visão dos "vencidos"[25] e, ainda, interpretações relacionadas aos interesses externos. Em relação a esta última - que enfatizava a manipulação inglesa a favor de seus interesses - há o argumento que a principal potência da época não estava interessada no fortalecimento do modelo de desenvolvimento autônomo paraguaio. Produzida nas décadas de 1960 e 1970, essa perspectiva é muito ligada às críticas ao imperialismo produzidas pela esquerda latino-americana, que enxergava os problemas sociais e econômicos do continente como decorrentes quase que exclusivamente desse fenômeno. Sem descartar por completo os interesses externos, perspectivas mais atuais buscam reconhecer as motivações geopolíticas das partes envolvidas no conflito.

GUERRA DO PARAGUAI II - Para as autoridades brasileiras, a Guerra do Paraguai teve início após o aprisionamento, pelo governo paraguaio, do navio brasileiro Marquês de Olinda (1864). Após colecionar atritos diplomáticos e militares, os governos de Brasil e Paraguai romperam relações diplomáticas. Depois disto, os paraguaios avançaram sobre a província do Mato Grosso e sobre a província argentina de Corrientes, tendo como objetivo chegar aos territórios do Uruguai e da Argentina. Sem calcular adequadamente o cenário geopolítico, Solano López foi pego de surpresa com o apoio do Uruguai e da Argentina ao Brasil, que deu origem a Tríplice Aliança. Com a formação dessa aliança, o Paraguai, após ser cenário de cinco anos de conflito, teve grande parte de sua população dizimada e sua economia totalmente destruída. Apesar da vitória, veremos que o conflito teve mais efeitos negativos do que positivos para o Império brasileiro.

EFEITOS INTERNOS - Entre os efeitos internos da Guerra do Paraguai, é possível destacar dois pontos: 1) o aumento da dívida externa brasileira, que necessitou tomar empréstimos no exterior - sobretudo com banqueiros ingleses - para pagar os custos da guerra; e 2) o fortalecimento do exército enquanto instituição, que passou a desempenhar um papel

---

[24] No caso da historiografia brasileira, por muito tempo a guerra foi utilizada para exaltar a capacidade militar brasileira, vangloriar os líderes do exército - principalmente Caxias - e desdenhar a figura de Solano López.

[25] Na historiografia paraguaia, a guerra é vista como uma agressão dos vizinhos, que possuíam mais poder econômico e militar, contra um pequeno país recém-independente.

político cada vez mais relevante, bem como começou a defender a causa republicana e o fim da escravidão[26].

ABOLICIONISMO

ESCRAVIDÃO - É necessário trazer um dado à tona: entre 1801-1850, ingressaram no país cerca de 1,7 milhões de negros escravizados, o que corresponde a 42% da população total de africanos obrigados a virem para o Brasil desde o século XVI. Em larga medida, isso ocorreu, porque, assim como em Cuba e nos EUA, a escravidão no Brasil passou por uma nova fase, o chamado "novo escravismo" (MAMIGONIAN, 2013). No Brasil, essa nova fase está associada à expansão de novas culturas - sobretudo o café - e a necessidade de mão-de-obra para dar conta dessas novas atividades. Porém, é importante salientar que os negros escravizados eram utilizados não somente nos latifúndios, mas também para serviços urbanos de transportes, comércio nas cidades, serviços domésticos, etc (COTRIM, 2012, p.496). Por conta dessa dimensão, os escravos marcaram em profundidade os costumes, o imaginário, a cultura e até, através de uma intensa miscigenação, o próprio perfil étnico-racial de nossa população (REIS, 1988, p.245).

RESISTÊNCIA NEGRA - Como vocês já sabem, os negros escravizados não foram passivos em meio ao processo de escravidão, organizando formas de resistência como motins, revoltas ou formação de quilombos. Além disso, há estudos que apontam para a existência de negociações - assimétricas - entre as populações escravizadas e os proprietários rurais e as autoridades, constituindo outro elemento de resistência. Desse modo, os negros escravizados no Brasil, ao empreender diferentes formas de resistência, buscavam ou acabar com a sua condição social de escravo ou, pelo menos, atenuar a carga de opressão.

CAMPANHA ABOLICIONISTA - Principalmente após a Guerra do Paraguai, a Campanha Abolicionista (1870-1888) ganhou maior ímpeto, em parte por conta do apoio concedido por parlamentares, imprensa, militares, artistas e intelectuais. Entre alguns intelectuais abolicionistas é possível citar Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Raul Pompeia, Castro Alves, etc. Além disso, os abolicionistas contaram com a pressão internacional - exercida especialmente pelos ingleses - para acabar com o regime de

---

[26] Isso se explica pelo fato de que as tropas brasileiras, em grande parte, eram formadas por escravos negros e homens livres e pobres.

escravidão no Brasil. Por outro lado, é possível citar a criação de duas leis emancipatórias: a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários. Ambas as legislações, contudo, tiveram um alcance limitado, principalmente a Lei dos Sexagenários, tendo em vista que pouquíssimos escravos atingiam a idade de 65 anos.

A ABOLIÇÃO - Após anos de resistência negra, fortalecimento do movimento abolicionista e intensificação das pressões inglesas, a princesa Isabel, regente de D. Pedro II - que estava na Europa para tratamentos de saúde - decretou, em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea. Essa lei extinguiu a escravidão por completo no Brasil. Porém, como é sabido, o governo brasileiro pouco ou nada fez para garantir aos ex-escravos oportunidades para esses se inserirem na sociedade, arranjarem empregos e conseguirem uma moradia digna. Naturalmente, a ausência de políticas públicas, somado aos séculos acumulados de escravidão, possuem graves implicações na sociedade brasileira contemporânea. Atualmente, a população negra é a mais atingida pela miséria, pela fome, pela falta de moradia e, não menos relevante, é aquela que possui maiores dificuldades no acesso à educação e saúde. Além disso, os negros no Brasil ainda recebem menores salários e cotidianamente sofrem com a discriminação e o preconceito racial, que ainda impera no país.

CRISE DO IMPÉRIO E FIM DA MONARQUIA

A partir de agora estudaremos os fatores que levaram ao fim do regime monárquico no Brasil, que aconteceu oficialmente em 15 de novembro de 1889, data da proclamação da República. Nesse sentido, abordaremos como as insatisfações de diferentes grupos, curiosamente, convergiram para a instalação da República. De modo geral, observaremos os conflitos da monarquia com a Igreja, o Exército e os grandes proprietários rurais - sobretudo aqueles do Rio de Janeiro -, e, não menos importante, a questão da abolição e o fortalecimento do republicanismo.

ABOLICIONISMO - Apesar de possuírem alcances limitados, as leis emancipatórias - como a Lei do Ventre Livre (1871) - desgastaram as relações entre os proprietários rurais e o Império, visto que os primeiros

sentiram-se “abandonados” pela monarquia. Em outras palavras, os senhores acreditavam que isso tirava a sua força moral, minava sua autoridade e, ademais, concedia aos escravos um suporte legal. Em resumo, os proprietários rurais, que foram o “sustentáculo” do Império durante muito tempo, romperam gradualmente suas relações com a monarquia até a promulgação da Lei Áurea (1888).

CONFLITOS COM A IGREJA - A Igreja Católica, que era a religião oficial do Estado brasileiro, tinha sua autoridade submetida ao Imperador pelo regime do padroado. O papa Pio IX, que condenava as “liberdades modernas”, ordenou que os bispos brasileiros adotassem posturas mais rígidas em alguns temas, como era o caso dos maçons. Seguindo essas ordens, os bispos de Olinda e Belém - D. Vital e D. Macedo, respectivamente - proibiram o ingresso dos maçons nas irmandades religiosas. Apesar de pouco numerosos, os maçons tinham influência nos círculos de poder, o que contribuiu para que D. Pedro II ordenasse a suspensão da punição dos bispos aos maçons. Depois de recusar as ordens do imperador, os bispos foram condenados a quatros anos de prisão. Apesar de perdoados pelo imperador em 1875, esse episódio proporcionou um profundo abalo nas relações entre a Igreja e a monarquia, constituindo um dos motivos para a crise desta última.

CONFLITOS COM O EXÉRCITO - O Exército, que desde a criação da Guarda Nacional (1831) não possuía participação política ativa, passou a se reforçar como corporação após a Guerra do Paraguai (1864-1870) e a realização de reformas nas Academias Militares. Antes mesmo da Guerra, os militares já colecionavam críticas à monarquia, defendendo uma maior ênfase na educação, na indústria, na modernização da infraestrutura e no fim da escravidão. Por outro lado, a Escola Militar da Praia Vermelha, inicialmente criada para os estudos militares, se tornou um centro de estudos de Filosofia, Matemática e Letras (FAUSTO, 2015). Com a influência do positivismo, os oficiais do Exército que frequentavam as Academias cada vez mais se convenciam dos ideais republicanos e das concepções de um projeto de modernização para o país. A partir de 1844, os conflitos entre o Exército e o Império ficaram mais latentes, como quando o então Ministro da Guerra proibiu que os oficiais do Exército dessem declarações públicas sobre política. Em 1887, ocorreu a formação do Clube Militar, que representava uma associação permanente para defender seus interesses. Desde então, a insatisfação militar à propaganda republicana começou a crescer de forma significativa, constituindo outro motivo que explica a fragilização do regime monárquico no Brasil.

AS FORÇAS ARMADAS E A POLÍTICA - Como visto, as forças armadas - e sobretudo o Exército - passaram a influir cada vez mais na esfera política. E esse processo se fortaleceu e recebeu novos contornos no transcorrer do processo histórico brasileiro, evidenciado na participação dos militares na Proclamação da República (1989), no Movimento Tenentista (1922), na Revolução de 30 (1930), na deposição de Vargas (1945), no golpe civil-militar (1964) e etc.

MOVIMENTO REPUBLICANO - Como vocês sabem, as ideias republicanas fizeram parte de inúmeros movimento ao longo da História do Brasil, porém, depois da Guerra do Paraguai, houve uma efetiva estruturação do movimento republicano. Em 1870, os líderes republicanos do Rio de Janeiro lançaram o Manifesto Republicano, que reivindicava o direito de ser "americano", em alusão ao fato de que, na América, somente o Brasil possuía um regime monárquico (COTRIM, 2012). Os republicanos do Rio de Janeiro, ao contrário dos paulistas - que formaram o Partido Republicano Paulista (PRP) em 1873 -, não conseguiram formar um partido político durante esse período. Em resumo, o republicanismo teve diferenças no que diz respeito às agendas políticas e à representatividade política no plano regional, contudo, é possível afirmar que o crescimento das ideias republicanas constituiu outro motivo para o enfraquecimento do Império.

FIM DA MONARQUIA - O fim do regime monárquico resultou de uma série de fatores, sendo necessário pontuar para vocês que o peso desses fatores não é idêntico (FAUSTO, 2015). Nesse sentido, é possível afirmar que o Exército - sob a liderança de Deodoro da Fonseca e outros oficiais - e a "burguesia cafeeira" foram os atores de maior peso na queda da monarquia. Do primeiro surgiu a iniciativa de se revoltar contra a monarquia e ocupar o quartel-general do Rio de Janeiro em 15 de novembro de 1889. Em relação aos cafeicultores, estes possibilitaram à nascente República uma sólida base social de apoio, sobretudo os proprietários de terra que pertenciam ao Partido Republicano Paulista (PRP). Na noite de 15 de novembro, constitui-se o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, que emitiu um comunicado para D. Pedro II, que estava na cidade de Petrópolis, para se retirar do país. Deposto, o Imperador embarcou com o restante da família para a Europa em dezembro, dando início à Primeira República no Brasil.

PARA SABER MAIS!

Livros:

- ✓ Brasil: Uma Biografia. Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Starling. 2015

> O livro Brasil: Uma Biografia oferece uma perspectiva muito interessante a respeito da História do Brasil, sobretudo ao dar ênfase a temáticas relativas à formação da sociedade brasileira, não privilegiando apenas a linearidade e a cronologia dos fatos históricos e suas divisões. Em resumo, as autoras analisam uma variedade de temas e questões do processo histórico brasileiro a partir de uma narrativa agradável e com uma linguagem acessível.

Sites:

- ✓ Brasil Monárquico:

http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/busca?mult=&cat=45&tip=&proj=&txt=&ord=

- ✓ Machado de Assis:

http://machado.mec.gov.br/

O site Brasil Monárquico pode ser útil para o complemento dos estudos sobre o Brasil Reinado, tendo em vista que o site oferece pequenos artigos sobre diferentes temas do período.

Apesar de não ter sido possível trazer à tona as obras de Machado de Assis ao longo da apostila, é possível acessar as obras desse importante escritor brasileiro através do link acima.

Filmes e documentários:

- ✓ Mauá: o imperador e o rei. Sérgio Rezende. 1999
- ✓ Era uma vez uma História. TV Bandeirantes. 2017

Apesar de não ter sido possível tratar sobre a trajetória do Barão de Mauá - um dos primeiros empreendedores industriais do Brasil - ao longo da apostila, fica a dica para complementar os estudos sobre aspectos políticos e econômicos do Segundo Reinado.

A TV Bandeirantes lançou esse ano uma série dedicada ao estudo da História do Brasil, denominada “Era uma vez uma História”. A série conta com a participação da historiadora Lilia M. Schwarcz, uma das autoras do livro “Brasil: uma biografia”.

REFERÊNCIAS

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840) In: Grinberg, Keila e Salles, Ricardo. O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009

BRASIL MONÁRQUICO. A Regência Trina Provisória. 2017a. Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/brasil-monarquico/91-per%C3%ADodo-regencial/8929-a-reg%C3%AAncia-trina-provis%C3%B3ria> Acesso em 07.05.2017

BRASIL MONÁRQUICO. A Regência Una de Feijó. 2017b. Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/brasil-monarquico/91-per%C3%ADodo-regencial/8938-a-reg%C3%AAncia-una-de-feij%C3%B3> Acesso em 07.05.2017

BRASIL MONÁRQUICO. A Cabanagem: o movimento. 2017c. Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/brasil-monarquico/91-per%C3%ADodo-regencial/8940-a-reg%C3%AAncia-una-de-ara%C3%BAjo-de-lima-2> Acesso em 07.05.2017

BRASIL MONÁRQUICO. A Revolta dos Malês. 2017d. Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/brasil-monarquico/91-per%C3%ADodo-regencial/8942-a-revolta-dos-mal%C3%AAs> Acesso em 08.05.2017

BRASIL MONÁRQUICO. A Revolta Liberal de São Paulo. 2017e. Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/brasil-

monarquico/92-governo-pessoal-de-d-pedro-ii/8955-as-revoltas-liberais-de-s%C3%A3o-paulo-e-minas-gerais> Acesso em 08.05.2017

COTRIM, Gilberto. História Global. Brasil e Geral. São Paulo: Saraiva, 2012

FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2015.

REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

________________. In: MOTA, Carlos Guilherme. Tiradentes e a Inconfidência Mineira. São Paulo: Ática, 1988.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. Brasil: Uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, pp. 422.

SOUZA, Paulo César. A Sabinada. A revolta separatista da Bahia. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

MAMIGONIAN, Beatriz. A liberdade no Brasil oitocentista. Afro-Ásia, n. 48, p. 395-405, 2013.

MARQUESE, Rafael e TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX In GRINBERG Keila e SALLES, Ricardo. O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.